

EDITAL DE LICITAÇÃO

Chamada pública nº 01/2015
Processo Licitatório nº 07/2015

O **Município de Santa Cecília do Sul** comunica aos interessados que está procedendo à **CHAMADA PÚBLICA**, para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas para aquisição de Gêneros Alimentícios oriundos da Agricultura Familiar para alimentação dos alunos da rede municipal de ensino, em conformidade com a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, com prazo para a entrega dos envelopes até o **dia 18 de fevereiro de 2015, até as 14h00min**, na Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul, sito a Rua Porto Alegre, nº 591, junto ao Setor de Licitações. **A abertura dos Envelopes será no dia 19 de fevereiro de 2015, até as 14h00min.**

Encargos Gerais da Licitação

- 01 - Local da Entrega das Propostas: Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul.
- 02 - Local de Entrega do Objeto Licitado: Escola Municipal Duque de Caxias.
- 03 - Prazo de Entrega das Propostas: 18/02/2015, às 14h00min.
- 04 - Prazo de Entrega do Objeto Licitado: Conforme demanda/solicitação.
- 05 - Condições de Pagamento: Conforme entrega.
- 06 - Validade da Proposta: 60 dias.

07 - Objeto

A presente Chamada Pública tem por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a merenda escolar da rede pública de ensino, em conformidade com a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 26/2013. A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos, e abaixo discriminados, é estimada com base nos cardápios de alimentação escolar, elaborados pela nutricionista do Município:

Item	Qtde.	Unid.	Especificação	Preço Médio
01	90	Un.	Alface americana , tamanho médio, lisa, fresca, compacta de cor verde-escuro brilhante e sem marcas de picada.	R\$ 1,23
02	50	Kg	Batata , tipo inglesa, tamanho médio, casca lisa, com bom aspecto externo, sem lesões, sem	R\$ 2,15

			brotos, cor uniforme	
03	230	Kg	Carne de frango - tipo coxa e sobre coxa, resfriada, com adição de 6% de água, não amolecidos, não pegajosa.	R\$ 6,36
04	100	Kg	Carne suína - corte pernil, sem osso, com pouca gordura aparente.	R\$ 11,39
05	16	Kg	Feijão preto - novo, grãos inteiros, lisos, resistentes, isentos de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados	R\$ 4,90
06	100	Kg	Repolho em cabeça - tamanho médio, fresco, firme sem rachaduras e picadas de insetos.	R\$ 1,65
07	60	maços	Tempero verde - (Salsa e cebolinha) livre de sujidades, íntegro, coloração característica, sem manchas e sem evidências de picadas de insetos.	R\$ 1,00
08	60	Un.	Extrato de tomate concentrado - preparado com frutos maduros, embalagen de 600 gr, cor e aspecto ao do fruto.	
09	10	L.	Vinagre colonial - embalagen plástica resistente.	

7.1. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o cronograma de entrega, **Anexo III**, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

7.2. Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 259/02 e 216/2004 - ANVISA).

7.3. O preço da aquisição será o determinado pela administração, conforme tabela acima.

8 - Da Apresentação dos Envelopes:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

Ao Município de Santa Cecília do Sul
Edital de Chamada Pública nº 01/2015
Envelope nº 01 - Proposta
Proponente (Nome Completo)

Ao Município de Santa Cecília do Sul
Edital de Chamada Pública nº 01/2015
Envelope nº 02 - Documentação
Proponente (Nome Completo)

9. Da Habilitação (Envelope Nº 01)

9.1. Documentos Para Pessoas Jurídicas - Grupos Formais

- 9.1.1.** Cópia do estatuto e da ata de posse da atual diretoria da entidade devidamente registradas na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- 9.1.2.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.1.3.** Extrato da DAP jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;
- 9.1.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta com a da Procuradoria Nacional;
- 9.1.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 9.1.6.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei - (INSS);
- 9.1.7.** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.1.8.** Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda (**Modelo Anexo V**);
- 9.1.9.** Alvará de localização fornecido pelo Município em que está situado;
- 9.1.10.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da redação dada pela lei 12.440, de 7.7.2011, a CLT e a Lei 8666/93.

9.2. Dos Grupos Informais de Agricultores Familiares, Detentores de DAP Física - Organizados em Grupo

- 9.2.1..** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 9.2.2.** Extrato da DAP física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;

9.2.3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda; **(Modelo Anexo VI)**;

9.3. Dos Fornecedores Individuais, Detentores de DAP Física - Não Organizados Em Grupo

9.3.1. Cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);

9.3.2. Prova de Cadastro de Pessoa Física (Cópia CPF);

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

9.3.4. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria relacionados no projeto de venda, **(Modelo Anexo VII)**.

Obs: Os documentos constantes dos itens 9.1, 9.2 e 9.3 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município de Santa Cecília do Sul ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) estarão sujeitos à comprovação de sua veracidade pela Administração, dispensando-se autenticação referida no início deste item.

10. Do Projeto de Venda (Envelope nº 02) deverá conter:

A proposta deve descrever o produto quanto à caracterização do mesmo e a quantidade a ser fornecida, nos moldes do projeto de venda **(Anexo II)**.

11. Critérios Para a Escolha do Fornecedor:

11.1. Terão preferência os fornecedores locais aos demais, assim entendidos os sediados no território do Município de Santa Cecília do Sul.

11.2. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;

11.3. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003;

11.4. Os grupos formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os grupos informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais; e

11.5. Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

12. Das Amostras dos Produtos:

12.1. As amostras dos produtos a serem adquiridos pelo Município deverão ser apresentadas após a fase de julgamento das propostas, no prazo de 02(dois) dias úteis a contar da cientificação dos atos;

12.2. As amostras deverão ser identificadas com o número do edital, o nome do fornecedor (grupo formal ou informal) e a especificação do produto.

12.3. A não apresentação da amostra ou a apresentação de amostra em desacordo com as exigências deste edital implicará na automática desclassificação do item e/ou da proposta.

12.4. As amostras serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que observará como critérios de avaliação, além das especificações descritas para cada gênero alimentício, conforme item 7 do edital, os seguintes critérios: qualidade, sabor, higiene e aspecto.

12.5. A análise ficará a cargo de profissional da área da nutrição, que emitirá seu parecer em laudo devidamente assinado e identificado.

13. Critérios de Aceitabilidade

Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

14. Período de Vigência

A vigência será até o dia 30 de junho de 2015.

15. Da Contratação

15.1. Declarado vencedor, o agricultor familiar ou o grupo deverá assinar o contrato no prazo de até 03 (três) dias.

15.2. O produto será fornecido, conforme a necessidade da municipalidade, até 30 de junho de 2015, não havendo obrigação da aquisição de todo o produto durante a vigência do contrato.

15.3. Em caso de vencimento contratual e da não aquisição de todo o produto, não caberá à licitante quaisquer indenização

16. Do Pagamento

16.1. O fornecedor será remunerado exclusivamente de acordo com os itens, quantidades e preços previstos no **Item 7** deste edital e efetivamente entregues.

16.2. O pagamento será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária, conforme a entrega dos produtos, mediante a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, no prazo de até 10(dez) dias da entrega dos gêneros alimentícios.

16.3. Em caso de pagamento com atraso por parte do CONTRATANTE, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, na forma do artigo 1º-F, da Lei Federal n. 9.494/97 e alterações.

17. Responsabilidades dos Fornecedores

17.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias a execução do seu objeto, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8666/1993.

17.2. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no projeto de venda, **Anexo II** do presente edital, o padrão de identidade e de qualidade estabelecidos na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (Resolução RDC nº 259/02 - ANVISA).

17.3. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública durante a vigência do contrato;

17.4. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega, **Anexo III**.

17.5. Será de responsabilidade exclusiva do agricultor o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento.

18. Penalidades

18.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco) por dia de atraso, limitada esta a 8 (oito) dias, após o qual será considerado inexecução parcial do contrato;

18.2. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2(dois) anos;

19. Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

07.03 - Educação, Desporto e Cultura
3390.30.00.00.00 - Material de Consumo
2033 Manutenção da Alimentação Escolar

20. Dos Recursos

Das decisões proferidas decorrentes da presente chamada pública caberá recurso à autoridade superior no prazo de 02(dois) dias, e contra-razões no mesmo prazo, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93.

21. Do Local da Entrega

21.1. Os produtos deverão ser entregues no prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, situado na Rua Maximiliano de Almeida, 79, neste Município, nos dias e quantidades solicitadas pela Secretaria da Educação.

21.2. A contratada deverá realizar a entrega dos produtos em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem que isso implique em custo adicional ao Município de Santa Cecília do Sul.

22. Anexos

Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

Anexo I - Minuta de Contrato;

Anexo II - Modelo do Projeto de venda;

Anexo III - Cronograma de entrega;

Anexo IV - Declaração de Desistência de Prazo Recursal;

Anexo V - Modelo de Declaração para Grupos Formais DAP - Pessoa Jurídica;

Anexo VI - Modelo de Declaração para Grupos Informais de Agricultores Familiares Detentores de DAP Física - Organizados em Grupo;

Anexo VII - Modelo de Declaração para Fornecedores Individuais Detentores de DAP Física - Não Organizados em Grupo.

23 - Das Disposições Gerais:

23.1 - Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Santa Cecília do Sul, setor de Licitações, situada na Rua Porto Alegre, 591, CEP: 99952-000 ou pelos telefones 54 3616 4070, no horário compreendido entre as 8h00min às 11h45min e das 13h15min às 17h30min e ainda por e-mail: licitascecilia@netvisual.com.br, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

23.2 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente edital encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, no Setor de Licitações.

23.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

23.4 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

23.5 - A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

23.6 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara - RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato

dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Santa Cecília do Sul - RS, 13 de janeiro de 2015.

Jusene Consoladora Peruzzo
Prefeita Municipal

Anexo I
Chamada Pública 01/2015

Minuta do Contrato

Por este instrumento, que fazem de um lado o **Município de Santa Cecília do Sul - RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 04.215.090/0001-99 com sede na Rua Porto Alegre, nº 591, neste Município de Santa Cecília do Sul, representada neste ato pela Prefeita Municipal Sra. **Jusene Consoladora Peruzzo**, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Cidade doravante denominado de Contratante e de outro lado, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, cidade de _____, inscrita no CNPJ nº _____, aqui denominada simplesmente de **CONTRATADA**, com fundamento nas disposições da Lei nº 11.947/2009, tem entre si como justo a acordado o que segue:

Cláusula Primeira - É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica.

Cláusula Segunda - O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

Cláusula Terceira - O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Cláusula Quarta- Os **contratados fornecedores** ou as **entidades articuladoras** deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

Cláusula Quinta - O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até 30 de dezembro de 2015, ou o término da quantidade adquirida, o que ocorrer primeiro.

a) A entrega das mercadorias deverá ser no Prédio da Escola Municipal Duque de Caxias, situada na Rua Maximiliano de Almeida, 79, neste Município, nos dias e quantidades solicitadas pela Secretaria da Educação.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

Cláusula Sexta - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Agricultor Familiar	CPF	DAP	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Proposto	Valor Total

Cláusula Sétim - No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Cláusula Oitava - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentáriado orçamento vigente, suplementada se necessário:

07.03 - Educação, Desporto e Cultura

3390.30.00.00.00 - Material de Consumo

2033 Manutenção da Alimentação Escolar

Cláusula Nona- O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula Décima - O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

Cláusula Décima Primeira - Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

Cláusula Décima Segunda - O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

Cláusula Décima Terceira - O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

Cláusula Décima Quarta - É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

Cláusula Décima Quinta - O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

Cláusula Décima Sexta - A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Cláusula Décima Sétima - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Educação e Cultura.

Cláusula Décima Oitava - O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 01/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

Cláusula Décima Nona - Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

Cláusula Vigésima - Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

Cláusula Vigésima Primeira - As partes elegem o Foro da Comarca de Tapejara - RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, juntamente com duas testemunhas que também o assinam.

Santa Cecília do Sul - RS, ...de..... de 2015.

Jusene Consoladora Peruzzo
Prefeita Municipal

Contratada
CNPJ N° : xx.xxx.xxx/xxxx-xx

Testemunhas:

1.

2.

Anexo II

Chamada Pública 01/2015

Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

Programa Nacional de Alimentação Escolar

Projeto De Venda De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar				
Identificação da proposta de atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 01/2015				
I - Identificação dos Fornecedores				
A - Grupo Formal				
1. Nome do Proponente		2. CNPJ		
3. Endereço	4. Município	5. CEP		
6. Nome do Representante Legal	7. CPF	8. DDD/Fone		
9. Banco	10. N° da Agência	11. N° da Conta Corrente		
B - Grupo Informal				
1. Nome do Proponente		2. CNPJ		
3. Endereço	4. Município	5. CEP		
6. Nome do Representante Legal	7. CPF	8. DDD/Fone		
9. Banco	10. N° da Agência	11. N° da Conta Corrente		
C - Fornecedores Participantes (Grupo Formal e Informal)				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. N° Agência	5. N° Conta Corrente

II - Identificação da Entidade Executora do PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade: Secretaria Municipal de Educação e Cultura	2. CNPJ: 04.215.090/0001-99	3. Município: Santa Cecília do Sul
4. Endereço: Rua Maximiliano de Almeida, 79		5. Fone: 54 3616-4070
6. Nome do Representante: DarianaMiottoPanisson	7. pmsantaeducacao@netvisual.com.br	8. CPF: E-mail:

III - Relação de Fornecedores e Produtos

1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor total	
					Total Agricultor	R\$
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor total	
					Total Agricultor	R\$
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor total	
					Total Agricultor	R\$

Total do Projeto

Anexo III
Chamada Pública 01/2015

Cronograma de Entrega

Descrição	Quant.	23/02	02/0	09/0	16/0	23/0	30/0	06/0	13/0	20/0	27/	04/	11/0	18/0	25/0	01/0	08/0
			3	3	3	3	3	4	4	4	04	05	5	5	5	6	6
Feijão preto, tipo 1, boa qualidade, boa aparência.	Kg 16											8				8	
Alface americana, tamanho médio, lisa, fresca, compacta de cor verde-escuro brilhante e sem marcas de picada de insetos.	Un. 90	10		10		10		10	10	10	10	10		10			
Repolho em cabeça, tamanho médio fresco, firme sem rachaduras e picadas de insetos.	Kg 100	10	10		10	10	10		10		10		10		10	10	
Carne de Frango, tipo coxa e sobre coxa, resfriada, com adição de 6% de água, aspecto próprio, não amolecido, não pegajosa.	Kg 230							62				62				62	44
Carne Suína corte pernil, sem osso, com pouca gordura aparente.	Kg 100							25				25				25	25
Tempero Verde, tipo salsinha e cebolinha, tamanho médio, lisa, fresco, coloração uniforme, sem manchas e sem evidências de picada de insetos.	Maço 60		15					15				15				15	
Batata, tipo inglesa, tamanho médio, casca lisa, com bom aspecto externo, sem lesões, sem brotos, cor uniforme.	Kg 50							10				20				20	
Extrato de Tomate concentrado, preparado com frutos maduros, embalagem de 600 (seiscentos) gramas, cor e aspecto ao do fruto.	Un. 60		15					15				15				15	
Vinagre colonial embalagem plástica resistente.	L. 10							6				4					

Obs.: Poderão ocorrer algumas alterações nas entregas, pois as mesmas serão de acordo com a aceitação dos alunos e a necessidade da escola.

Anexo IV
Chamada Pública 01/2015

Modelo de Declaração de Desistência de Prazo Recursal

A empresa _____
estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e
ciente do prazo recursal relativo à fase de habilitação (art.
109, inciso I, alínea "A" da lei federal 8.666/93), se
considerada devidamente Habilitada, vem por meio de seu
representante legal, recusá-lo para fins de procedimento
licitatório.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura e Carimbo

**(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 -
Documentação)**

Anexo V
Chamada Pública 01/2015

Modelo de Declaração para Grupos Formais DAP - Pessoa Jurídica

Ao
Município de Santa Cecília do Sul
Comissão Permanente de Licitações

_____, inscrito sob CNPJ n°
_____, no Município de
_____, declara sob as penas da Lei, de que
os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos
associados relacionados no projeto de venda.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura e Carimbo

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope n° 01 -
Documentação)

Anexo VI
Chamada Pública 01/2015

**Modelo de Declaração para Grupos Informais de Agricultores
Familiars Detentores de DAP Física -Organizados em Grupo**

Ao
Município de Santa Cecília do Sul
Comissão Permanente de Licitações

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, do Município de
_____, declaro sob as penas da Lei, de que
os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos
agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura e Carimbo

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 -
Documentação)

Anexo VII
Chamada Pública 01/2015

Modelo de Declaração para Fornecedores Individuais Detentores de
DAP Física - Não Organizados em Grupo

Ao
Município de Santa Cecília do Sul
Comissão Permanente de Licitações

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, do Município de
_____, declaro sob as penas da Lei, de que
os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de
produção própria, relacionada no projeto de venda.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura e Carimbo

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 -
Documentação)